

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1009652-82.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Luan Vitor Casseta**  
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

**LUAN VITOR CASSETA** pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 21 de março de 2015.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo a necessidade de inclusão da Seguradora Líder do polo passivo, a ausência de documentos essenciais, a inexistência de incapacidade funcional e o pagamento da indenização na esfera administrativa.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevivendo manifestação das partes.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Conforme dispõe o artigo 477, § 2º, do Código de Processo Civil, o perito do juízo tem o dever de, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto: I - sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público; II - divergente apresentado no parecer do assistente técnico da parte.

O questionamento oferecido na página 184 não constitui pedido de esclarecimento de alguma divergência ou esclarecimento de dúvida, mas uma proposta de retratação da conclusão pericial, o que evidentemente é descabido. Com efeito, a perita examinou o autor e firmou convicção quanto à inexistência de incapacidade funcional. Não há razão para instá-la a dizer se se retrata da conclusão.

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

O laudo médico pericial concluiu que *"o nexo causal quanto ao acidente de trânsito ocorrido em 21/03/15 é procedente (fls. 23/25 e fls. 87), contudo, apresenta o periciando sequela estética na face e no nariz, sendo o quadro relativo ao nariz (lesão aberta) e fratura nasal podem ser corrigidas cirurgicamente com bons resultados. Outrossim, pode-se afirmar que a fratura de úmero esquerdo não confere ao periciando sequela funcional ou restrição de movimento segmentar ou de repercussão nesse membro. O autor está apto ao trabalho que lhe é habitual de forma remunerada a terceiros como meio à sua subsistência. Quanto ao quadro traumático resultante do trauma ocorrido em 21/03/15, pode-se afirmar até o momento que o enquadramento na Tabela Susep com dano patrimonial de: LESÕES DE ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CRÂNIO-FACIAIS EM GRAU LEVE (25%) no valor de R\$ 3.375,00 reais"* (fls. 163/164).

Nada nos autos infirma tal conclusão.

O percentual incapacitante produz indenização de R\$ 3.375,00, utilizando a Tabela da SUSEP.

O autor já foi indenizado administrativamente no valor de R\$ 4.218,75 (fls.02), razão pela qual não faz jus ao recebimento de indenização suplementar.

Não se justifica a indenização pelo valor máximo, inexistente a incapacidade total alegada, absolutamente incompatível com o laudo pericial. Aliás, o E. Superior Tribunal de Justiça tem entendimento sumulado de que *"a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez"* (súmula 474).

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que comprovadas, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, arbitrados em 15% do valor da

# PODER JUDICIÁRIO



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento.

A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de maio de 2018.

  
Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA